

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2021

EDITAL

PROCESSO Nº 202015318760

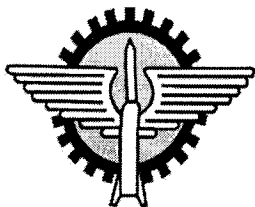
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E DEMAIS INSUMOS, RELATIVAMENTE AOS APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, BEM COMO SPLIT, INSTALADOS NOS SETORES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA E ÓRGÃOS DA PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

IMPORTANTE:

- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 08 horas do dia 25/01/2021.
- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 11 horas do dia 25/01/2021.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.
- **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:**

- E-mail: cplsearh2021@gmail.com
- Fone: (84) 3272-7174.
- Endereço: Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos.
Comissão Permanente de Licitação
Rua Altino Vicente de Paiva, nº 210, Edifício Cartier, sala 310, 3º andar, Monte Castelo.
CEP: 59.146-270– Parnamirim – RN

site: www.licitacoes-e.com.br ou (Licitações) – Acesso Identificado.



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021**

Processo nº 202015318760

O MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 08.170.862/0001-74, com sede na Av. Castor Vieira Régis, 50, Cohabinal - Parnamirim/RN, através de Pregoeiro(a) designado(a) Portaria nº 0119, de 08 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de 09 de janeiro de 2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia **25 de janeiro de 2021, às 11 horas, horário de Brasília/DF**, realizará licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - Sistema de Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, a qual será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Leis Municipais n.ºs 1.130 de 08 de julho de 2002 e 2.036 de 23 de junho de 2020, Decretos Municipais n.ºs 5.864 de 16 de outubro de 2017, alterado pelo Decreto nº 5.970, de 13 de novembro de 2018, e 5.868 de 23 de outubro de 2017, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ATENÇÃO: No Acórdão TCU nº 754-2015 – Plenário, houve expressa determinação para que a Administração Pública, instaure processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 tanto na licitação quanto no contrato.

Nesse contexto, alerta-se para que o licitante analise detalhadamente o edital e anexos para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento.

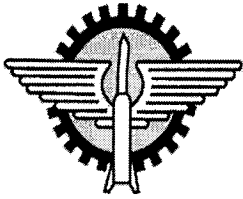
A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta (ex. Desistência, solicitação de troca de marca, não envio de amostra quando for o caso, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante a penalidades, apuradas em regular processo administrativo.

1.0 - DO OBJETO

1.1. Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada na instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem como split, instalados nos setores das diversas secretarias e órgãos da Prefeitura e órgãos da Prefeitura de Parnamirim/RN, nos termos previsto no Art. 15 da Lei 8.666/1993, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 5.864/2017 e suas alterações, conforme especificações discriminadas no Anexo I deste instrumento convocatório, que deverão ser minuciosamente observados pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

1.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer outro órgão da Administração Pública que manifestar o interesse junto ao Órgão Gerenciador, observadas as exigências insertas no art. 23, do Decreto Municipal n.º 5.864/2017 e suas alterações.

1.3. A prestação dos serviços deverá atender às exigências da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos - SEARH, que atuará como órgão gerenciador e participante, e as demais Secretarias, atuarão apenas como participantes, conforme disposto no item 1.5 deste edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



1.4. A contratação poderá atender, também, outras unidades que por ventura venham a ser criadas durante a vigência da contratação.

1.5. As secretarias participantes são as seguintes: **SEARH, SESAD, SEMUT, SESDEM, SEMSUR, SEMOP, SEMUR, SELIM, GACIV, SEMAS, SEL, PROGE.**

2.0 – ANEXOS

2.1. Compõem este Edital os Anexos:

- I - Termo de Referência e Planilha de Preços;
- II - Minuta da Ata de Registro de Preços - ARP;
- II-A - Modelo Formação de Cadastro de Reserva;
- III - Minuta de Contrato;
- IV - Declaração de Atendimento às Leis de Proteção ao Menor;
- V - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação;
- VI - Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- VII - Declaração de Micro e Pequena Empresa;
- VIII - Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- IX - Modelo de apresentação da proposta de preços inicial no sistema eletrônico;
- X - Modelo de apresentação da proposta de preços final (licitante vencedor);
- XI - Declaração de inexistência de relação familiar ou parentesco com integrantes do Poder Municipal;
- XII - Minuta da Ordem de Compra;
- XIII - Minuta da Ordem da Ordem de Serviço.

3.0 - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos que estejam previamente credenciados perante o Banco do Brasil S.A. em qualquer agência sediada no País, devendo:

3.1.1. Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a sua proposta de preços;

3.1.2. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

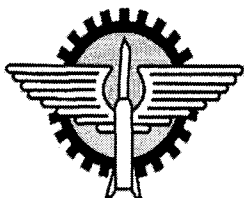
3.1.3. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.2. Poderá ser solicitado à licitante cópia do contrato social a fim de diligenciar o ramo de negócio da empresa.

3.3. Não poderão participar deste Pregão:

3.3.1. Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

3.3.2. Empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



3.3.3. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, pelo órgão que o praticou, bem como as que tenham sido punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

3.3.4. Empresas que tenham como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor (quando este for ocupante do cargo de direção) do Município de Parnamirim e seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive;

3.3.5. Empresas que se apresentem em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, bem assim as que sejam entre si controladas ou controladoras, coligadas ou subsidiárias, e as empresas pertencentes a um mesmo grupo empresarial ou econômico, ou que mantenham vínculo de dependência ou subordinação com quaisquer outras empresas licitantes neste certame.

3.4. A participação nesta licitação implica automaticamente, a aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos.

4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de recursos a tecnologia da informação na rede mundial de computadores INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases;

4.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidores públicos municipais especificados na Pregoeiro(a) designado(a) pela Portaria nº 0119, de 08 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de 09 de janeiro de 2021, designado para o exercício das funções de Pregoeiro e Membros de Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "LICITAÇÕES" constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.;

DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/01/2021 – 08 HORAS
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 25/01/2021 – 11 HORAS

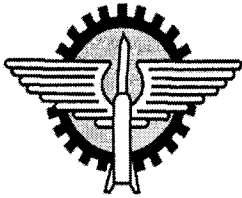
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de **Brasília/DF**.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS - Observando o prazo legal, o licitante poderá formular consultas e pedidos de esclarecimento, **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço eletrônico: cplsearh2021@gmail.com, informando o número do pregão, e órgão interessado.

4.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O licitante deverá observar a data e o horário limite previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.



6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

6.2. A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas (ANEXO II).

6.3. Órgão Gerenciador - Órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

6.4. Órgão Participante é todo órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços.

6.5. Órgão não Participante - Órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

6.6. O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos.

6.7. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá validade de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, de acordo com art. 13, do Decreto Municipal nº 5.864/2017 e suas alterações.

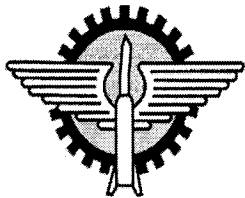
6.8. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, desde que devidamente comprovada a vantagem e o cumprimento das exigências da legislação vigente.

6.10. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

6.11. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços na sede do município, situada na Rua Altino Vicente de Paiva, nº 210, 3º andar, sala 310, Edifício Cartier, Monte Castelo - Parnamirim/RN, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.12. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de **7 (sete) dias**, a contar da data de seu recebimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



6.13. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela autoridade competente.

6.14. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), às respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

6.15. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar o(s) licitante(s) remanescente(s), na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.16. A recusa do licitante em atender à convocação de que trata o subitem 6.11, desde que ocorra dentro do prazo de validade de sua proposta, sujeita-o às sanções administrativas inseridas no Item 14, sem prejuízos das demais penalidades legalmente estabelecidas (Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002).

6.17. A contratação junto aos fornecedores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ou outro instrumento similar, conforme o caso (art. 16 do Decreto Municipal nº 5.864/2017 e suas alterações).

6.18. - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas sem convocação, por parte desta Secretaria, para assinatura da ARP, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

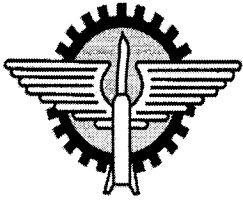
7.1.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições: coordenar os trabalhos da equipe de apoio; responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame; abrir as propostas de preços; analisar a aceitabilidade das propostas; desclassificar propostas indicando os motivos; conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço; verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar; declarar o vencedor; receber, examinar e submeter os recursos a autoridade competente para julgamento; elaborar a ata da sessão; encaminhar o processo à autoridade superior para homologar.

7.2. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

7.2.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País;

7.2.2. Os interessados deverão credenciar representantes mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <http://www.licitacoes.com.br>, "**Acesso Identificado**";

7.2.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



7.2.4. A chave de identificação e a senha terão validade determinada pelo Banco do Brasil e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado;

7.2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

7.2.6. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.3. ACESSO AO PREGÃO ELETRÔNICO

7.3.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;

Obs.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <http://www.licitacoes-e.com.br/>, opção "**Acesso Identificado**";

7.3.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

7.3.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelos números **4004 1000** ou **0800.729.0001**.

7.4. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.4.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas;

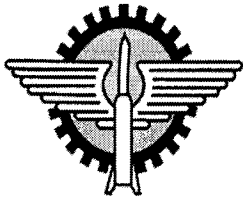
7.4.2. Aberta à etapa, competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

7.4.3. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de até 10 lotes simultaneamente, cabendo ao licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto às chamadas para os lotes;

7.4.4. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote;

7.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.4.6. No transcurso da sessão pública, que terá o tempo inicial estimado pelo Pregoeiro, os participantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



7.4.7. No caso da desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro quando possível sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

7.4.8. Quando a desconexão do Pregoeiro ao sistema persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica na sala de chat divulgando data e hora da reabertura da sessão;

7.4.9. A etapa inicial de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances por decisão do Pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que pode ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico. Terminado o tempo extra será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma os licitantes apresentarem novos lances;

7.4.9.1. Em face à imprevisão do tempo extra, os licitantes participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim cálculos de última hora, que poderão resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil;

7.4.10. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

7.4.11. Em cumprimento ao que determina a Lei Ordinária n.º 2.036, de 23 de junho de 2020, a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) maior que a do arrematante que não se enquadre nessa categoria, será convocado pelo Pregoeiro na Sala de Disputa, para no prazo de 05 (cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, apresentar proposta de preço inferior ao do licitante arrematante;

7.4.12. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;

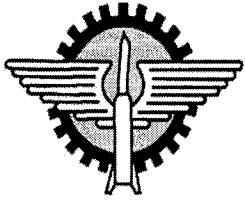
7.4.13. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.4.13.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.4.14. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

8. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, as licitantes deverão encaminhar proposta, no idioma oficial do Brasil, com a descrição do objeto ofertado e o preço até a data e hora marcadas para abertura das propostas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



8.1.1. No campo "informações adicionais" ou em forma de anexo, **de acordo com o modelo do ANEXO IX do Edital (Modelo de apresentação da proposta de preços inicial no sistema eletrônico)**, deverá conter as especificações detalhadas do objeto, bem como marca e modelo, quando couber. No caso da marca coincidir com o nome do licitante, deve-se indicar "Marca Própria".

8.1.1.1. O licitante que optar por detalhar as especificações do objeto no campo "informações adicionais", quando não couberem as especificações de todos os itens, deverá enviar em forma de anexo, de acordo com o modelo do ANEXO IX do Edital.

8.1.2. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

8.2. A proposta apresentada pela licitante arrematante do certame deverá ser formulada na forma do ANEXO X (Modelo de apresentação da proposta de preços final) do Edital e conter as especificações detalhadas do objeto e o valor global da contratação.

8.3. Até a abertura da sessão, as LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.4. A proposta deverá explicitar o **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, em conformidade com as especificações do Edital, **sob pena de, não o fazendo, ser desclassificada.**

8.4.1. A licitação será realizada em lote único, conforme especificação constante no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

8.5. A proposta, os lances deverão referir-se ao valor total do Lote para a execução da integralidade do objeto, não se admitindo propostas para sua execução parcial.

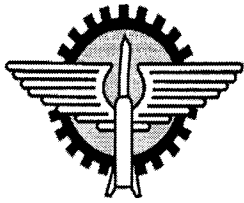
8.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei nº 10.520/2002, além das cominações civis, penais e administrativas.

8.7. Nos preços constantes da proposta e nos lances, deverão estar incluídos todos os custos necessários ao fornecimento objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

8.8. Após a abertura da sessão, a proposta de preços apresentada pela licitante será de sua inteira responsabilidade, não lhe assistindo o direito de pleitear modificação, sob alegação de erro, omissão ou em razão de qualquer outro pretexto.

8.9. O envio das propostas implicará na plena aceitação, por parte das proponentes, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.10 O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 2º, inciso IV, da Lei Ordinária n.º 2.036, de 23 de junho de 2020, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V da lei citada deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP.



9. PROPOSTA ESCRITA E RECEBIMENTO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Licitante detentor da melhor oferta do LOTE deverá encaminhar toda a documentação exigida, Proposta Comercial, todas as Declarações devidamente assinadas e digitalizadas, por meio do campo próprio no sistema licitacoes-e, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da convocação do pregoeiro, ou caso ocorra a impossibilidade do envio, pela plataforma licitacoes-e, dos documentos de habilitação exigidos no edital, tal problema deverá ser comprovado e justificado através do e-mail: cplsearh2021@gmail.com.

9.1.1. O não encaminhamento de toda a documentação e proposta comercial, conforme prazo estipulado no subitem 9.1 deste edital, caracteriza desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis.

9.1.2. O envio da documentação fora do prazo definido no subitem 9.1 caracteriza inadimplemento e acarretará na desclassificação da proposta.

9.2. Na proposta escrita, deverá conter:

a) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da sua apresentação;

b) Todas as especificações e todos os elementos inerentes aos produtos, que os identifiquem claramente, como marca sob o qual o mesmo é comercializado. Deverá ser informada também a quantidade e demais especificações exigidas no Anexo I deste Edital;

c) Preço unitário, **igual ou inferior ao constante no orçamento básico**, e total, sendo este, obrigatoriamente discriminado por extenso (incluindo todas as despesas diretas e indiretas), admitidas apenas duas casas após a vírgula. Em caso de dúvida entre o valor numérico e por extenso, prevalecerá este último;

c.1) Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

c.2) Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

d) Constar na proposta o resumo dos dados da empresa: razão social, CNPJ, Inscrição Estadual, endereço, dados bancários, telefone, e-mail, e os dados do responsável pela assinatura do contrato: nome completo, cargo, endereço, CPF e RG;

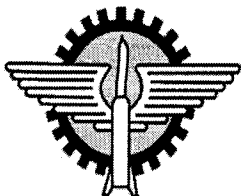
e) Condições para fornecimento do objeto licitado, conforme estabelecido no item 3 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

f) Data e assinatura do Representante Legal do proponente;

9.3. Correrão por conta do PROPONENTE vencedor todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

9.4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as normas deste Edital ou da Legislação em vigor, ou que:

a) Contenham mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



b) Sejam incompletas, isto é, não contenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação do objeto licitado;

c) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou ainda, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro, nos termos da lei.

9.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, observado o prazo de execução do objeto, as especificações, parâmetros mínimos de qualidade e demais condições definidas neste Edital;

10.2. O sistema anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão, ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor preço global;

10.3. Se a proposta ou o lance com menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

10.4. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Efetuados os procedimentos previstos no item 04 deste Edital, o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor global, deverá entregar, no prazo estabelecido no subitem 9.1, a documentação de habilitação prevista no item 11, para o endereço especificado no referido subitem.

11.2. Para habilitação no presente Pregão será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em certames licitatórios ou à futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

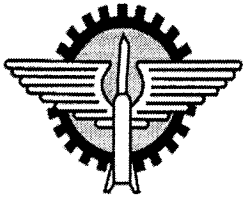
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

b) Lista de inabilitados e inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4. Constatada a existência de sanção, o detentor da melhor proposta será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.



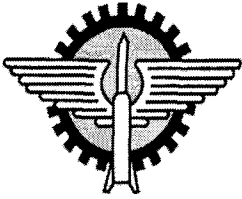
11.2. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA:

11.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e aditivos em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Cédula de Identidade do sócio ou representante/procurador credenciado.

11.2.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) pertinente ao seu objetivo social;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, por meio de "Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União", emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB e Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional - PGFN, conforme decreto Federal nº 5.512, de 15/08/2005;
- c) prova de situação regular para com a Fazenda Estadual, que deverá ser feita por meio de:
 - c.1) Para as empresas sediadas no Estado do Rio Grande do Norte:
 - I - Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Estaduais e à Dívida Ativa do Estado expedida pela Secretaria de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte.
 - c.2) Para as empresas sediadas nos demais Estados, Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos emitida pela Fazenda Estadual da sede da LICITANTE, ou outro documento que o substitua;
- d) prova de situação regular para com a Fazenda Municipal, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Tributos do Município, da sede da licitante;
- e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei n.º 8.036, de 11/05/90) através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;
- g) Prova de inscrição no cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal relativa à sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



11.2.2.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião de participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.2.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal, as Microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, prorrogável por igual período a critério da administração.

11.2.2.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Prefeitura de Parnamirim convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

11.2.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto desta licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, em original, cópia autenticada em cartório ou cópia autenticada pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio apresentando o documento original, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. Cada atestado deve conter:

- a.1) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, e-mail);
- a.2) Local e data de emissão;
- a.3) Nome, cargo e assinatura do responsável pela veracidade das informações.
- a.4) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial do licitante.

11.2.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

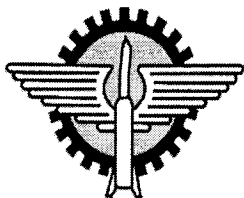
a) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Distribuidor judicial da sede do proponente, Justiça Ordinária, dentro do prazo de validade. Se no documento não constar prazo de validade o mesmo deverá ter sido emitido no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

11.2.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.2.4.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

11.2.4.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.2.4.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



11.2.4.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.2.4.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% do valor estimado da contratação ou do lote pertinente.

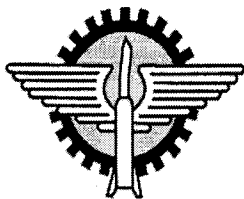
11.2.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Declaração do licitante (Anexo IV) de que não possui em seu quadro funcional, nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;
- b) Declaração de fatos impeditivos, conforme modelo do Anexo V;
- c) Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme Anexo VI;
- d) Declaração de Micro e Pequena Empresa, conforme Anexo VII.
- e) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Anexo VIII;
- f) Declaração de inexistência de relação familiar ou parentesco com integrantes do Poder Municipal, conforme Anexo XI;

11.3. Os Documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

11.3.1. Todos os documentos necessários à habilitação e os que acompanham as propostas poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio. Poderá ainda, ser apresentada cópia da publicação em órgão da imprensa oficial, sendo vedada a adição de documentos por meio de FAC-SÍMILE, mesmo estando este autenticado. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet e esteja condicionada a verificação, só será aceita após a autenticidade pelo Pregoeiro;

11.3.2. Dentre os documentos exigidos para habilitação, aqueles que possuem prazo de vencimento deverão estar dentro da validade estipulada na própria certidão, por ocasião da entrega dos mesmos para análise por parte do Pregoeiro. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentação referente à habilitação fiscal e econômico-financeira;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



11.3.3. Toda a documentação exigida no Edital de convocação será parte integrante do processo administrativo, e não será devolvida ao licitante, após o processamento do certame, ainda que se trate de originais;

11.3.4. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se for acompanhado da versão em Português, firmada por tradutor juramentado;

11.3.5. Os documentos deverão ser obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação;

11.3.6. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que se enquadre nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei Ordinária n.º 2.036, de 23 de junho de 2020 e tenha utilizado o direito de preferência durante o certame deverá comprovar esta condição (Anexo VII).

11.3.7. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela Autoridade Superior, na hipótese de existência de recursos;

11.3.8. Se o licitante desatender às exigências previstas neste Item 11, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

11.3.9. No julgamento da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

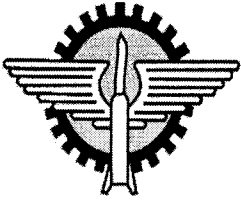
11.3.10. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, oportunidade em que as demais licitantes poderão manifestar sua intenção de reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, no prazo de até 60 (sessenta) minutos, via *chat* de mensagens do licitações-e, para fins de composição de Cadastro de Reserva, findo o qual não será mais conhecida manifestação de interesse.

11.3.10.1. Decorrido o prazo, as licitantes que manifestaram interesse deverão encaminhar a proposta comercial com o preço devidamente ajustado ao valor ofertado e negociado pela licitante mais bem classificada, via e-mail: cplsearh2021@gmail.com, no prazo de até 60 (sessenta) minutos, a contar da solicitação do(a) pregoeiro(a).

11.3.10.2. As licitantes que manifestarem interesse em igualar o preço ao da licitante vencedora irão compor o anexo da Ata de Registro de Preços, em caráter de reserva, respeitada a ordem de classificação do pregão.

11.3.10.3. O não envio da nova proposta solicitada pelo(a) pregoeiro(a) na forma do item 11.3.10.1 impossibilitará o licitante de compor o cadastro reserva da Ata de Registro de Preços.

11.3.10.4. A licitante cujo preço estiver registrado em caráter de reserva somente será convocada para fornecer e/ou prestar serviço no caso de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada na ordem constante da Ata, ou no caso de liberação do compromisso assumido prevista no § 1º do art. 19 do Decreto 5.864, /2017 e suas alterações, sempre obedecida a ordem de classificação constante da Ata de Registro de Preços.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



11.3.10.5. Somente após a ocorrência de cancelamento do registro de preço da empresa mais bem classificada e com a convocação da empresa reserva serão efetuados os procedimentos relativos à habilitação desta empresa, constantes do item 11 do edital.

11.3.10.6. A apresentação de novas propostas na forma do item 11.3.10.1 não prejudicará em hipótese nenhuma o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.3.11. Os modelos anexados ao edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de impedimento ou desclassificação, a apresentação de carta de credenciamento e/ou declarações que sejam elaboradas de forma diferente e que contenham os elementos essenciais.

12. IMPUGNAÇÃO, ESCLARECIMENTOS AO EDITAL E RECURSOS.

12.1. Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão ou por licitantes, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o **e-mail cplsearh2021@gmail.com**, respeitado o horário limite de 13h, ou protocolizada na sala da Comissão Permanente de Licitação-SEARH, situada na Rua Altino Vicente de Paiva, nº 210, Edifício Cartier, sala 310, 3º andar, Monte Castelo, Parnamirim/RN - CEP 59146-290, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a)/SEARH, no horário de 08 às 13h, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor técnico competente;

12.1.1. A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública);

12.1.2. A CPL/SEARH não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Pregoeiro(a), e que, por isso, sejam intempestivas;

12.1.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme previsto no § 4º do Art. 21 da Lei Nº 8.666/93, alterada e consolidada;

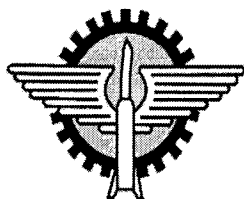
12.1.4. A decisão do(a) Pregoeiro(a) será enviada ao impugnante por e-mail, e será divulgada no site www.licitacoes-e.com, no link correspondente a este edital, para conhecimento de todos os interessados.

12.1.5. Decairá do direito de impugnar este Edital aquele que não o fizer dentro do prazo estabelecido no subitem 12.1;

12.2. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos exclusivamente via e-mail: cplsearh2019@gmail.com, respeitado o horário limite de 13h. O interessado deve indicar no texto do e-mail o número do pregão no sistema do Banco do Brasil e órgão interessado. Não serão aceitos comunicados verbais, nem pedidos de esclarecimentos formulados após o prazo estabelecido;

12.2.1. As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail ou disponibilizadas no site licitacoes-e.com.br, no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados;

12.2.2. No campo "mensagens" serão disponibilizadas informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



12.3. Declarado o vencedor da licitação, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo manifestando sua intenção motivadamente com a síntese das suas razões, exclusivamente através do Sistema Eletrônico, em campo próprio do sistema, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor, sendo concedido ainda o prazo de 03 dias úteis, contados a partir do 1º dia útil seguinte ao da interposição do recurso, dirigido a Comissão Permanente de Licitação-SEARH, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), para encaminhar as razões do recurso, em uma via original, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal, por meio do e-mail: **cplsearh2021@gmail.com**, com assinatura digital, ou ser protocolizada na sala da Comissão Permanente de Licitação – SEARH, situada na Rua Altino Vicente de Paiva, nº 210, Edifício Cartier, sala 310, 3º andar, Monte Castelo, Parnamirim/RN, no horário de 08 as 13 horas. Os demais licitantes ficam desde logo, convidados a apresentar contrarrazões em igual número de dias que se iniciará no término do prazo do recorrente.

12.3.1. O(A) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

12.3.2. No prazo recursal, fica assegurada aos licitantes vista imediata dos autos do Pregão com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

12.3.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso.

12.3.4. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

12.3.5. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

12.3.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento;

12.3.7. A decisão em grau de recurso quando não deferida pelo Pregoeiro, será submetida à apreciação da autoridade Competente e, se mantida, será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio do site do Banco do Brasil, www.licitacoes-e.com.br.

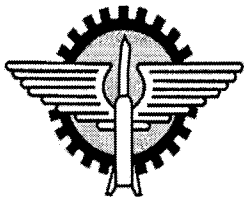
13. DA VIGÊNCIA

13.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência não superior a 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, conforme determina o artigo 15, § 3.º, III, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações.

13.2. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preço, que deverão ser formalizados por cada Secretaria participante, vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, em conformidade com o inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. As sanções administrativas estão elencadas no Contrato/Ordem de Compra/Ordem de Serviço, respectivamente, ANEXOS III, XII e XIII deste Edital.



15. DO RESSARCIMENTO E PAGAMENTO

15.1. As condições de ressarcimento e pagamento são as estabelecidas no item 12 do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

16. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS RECURSOS FINANCEIROS

16.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse das Secretarias, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a presente licitação, à exceção da possibilidade de reajuste de preços previsto no § 8º do referido artigo do mesmo diploma legal.

16.2. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Parnamirim para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, cujo elemento de despesa específico constará no respectivo Contrato/Ordem de Compra/Ordem de Serviço.

16.3. O valor deste contrato poderá ser reajustado nos termos do artigo 55, III c/c § 8º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

17. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1. As especificações técnicas estão estabelecidas no item 3 do termo de Referência, ANEXO I deste edital.

18. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

18.1. Homologada a licitação, o Proponente vencedor será convocado para no prazo de 05 (cinco) dias úteis assinar o contrato, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e por uma vez, desde que ocorra motivo justificado;

18.2. A recusa injustificada do adjudicatário caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à sanção prevista no item 14, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

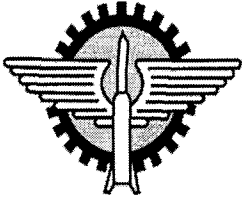
18.3. Obedecidas às exigências previstas no presente edital, as obrigações da Contratante e Contratada são as estabelecidas nos itens 5 e 6, respectivamente, do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

19. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

19.2 - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "**prática conluiada**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



- d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta, ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral de promover inspeção.

19.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

19.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato".

20. DOS PROCEDIMENTOS DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 032/2016 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – TCE/RN.

20.1. Atendendo o que fora instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCE/RN por meio da Resolução 032/2016, o procedimento de liquidação da despesa iniciar-se-á a partir do protocolamento por parte do credor da solicitação de cobrança, efetuado junto a setor competente.

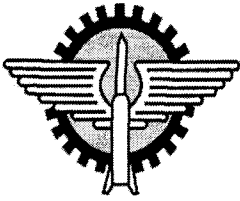
20.2. A solicitação de cobrança de que trata a alínea anterior será acompanhada de nota fiscal, fatura ou documento equivalente, além de qualquer outra espécie de documentação porventura exigida no instrumento contratual.

20.3. Devidamente autuada, a solicitação de cobrança protocolada deve ser encaminhada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ao setor de gestão orçamentário-financeira com competência para tanto, para que este proceda ao registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil.

20.4. Após efetuado o registro contábil a que se refere a alínea anterior, o setor de gestão orçamentário-financeiro identificará o responsável pela gestão do contrato, encaminhando-lhe a documentação apresentada pelo credor, devidamente acompanhada da cópia da correspondente nota de empenho, para fins de liquidação da despesa.

20.5. O gestor de contratos responsável pelo atesto da pertinente despesa, devidamente auxiliado pelo fiscal de contrato, adotará as providências necessárias para a conclusão da etapa de liquidação.

20.6. No decurso do prazo estipulado contado a partir da apresentação da solicitação de cobrança, quem detiver a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação,



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se os bens entregues ou os serviços prestados atenderam às especificações e condições previamente acordadas, em meio ao que estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

20.7. Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, à prestação do serviço ou à entrega do bem ou de parcela deste, interromper-se-ão os prazos oponíveis à unidade gestora exclusivamente quanto ao credor correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.

20.8. Após o cumprimento de todas as providências de que trata a alínea anterior, a documentação deverá ser imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento, que, após recebida, o setor de gestão orçamentário-financeira procederá à realização do registro contábil da liquidação da despesa no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil.

20.9. Esgotado o prazo sem a correspondente liquidação da despesa, esta terá prioridade sobre todas as demais, ficando sobrestada qualquer outra liquidação custeada pela mesma fonte de recursos, ainda que seja originária de exercício encerrado.

20.10. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança perante a unidade administrativa contratante será tornada sem efeito, com a consequente exclusão da lista classificatória de credores.

20.10.1. O fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamento oponíveis à unidade administrativa contratante.

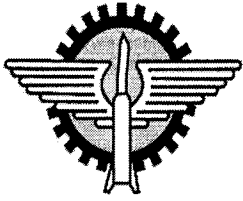
20.11. No âmbito de cada unidade gestora, o pagamento das despesas orçamentárias será efetuado após expedição da ordem de pagamento a que se refere o art. 64 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, respeitados a ordem cronológica das exigibilidades, classificada por fonte diferenciada de recursos, e os prazos:

- a) de até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, assim definidas nos termos do § 3º do art. 3º desta Resolução; ou
- b) de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos, como prevê a alínea "a" do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

20.12. Não serão pagos créditos, ainda que certificados, enquanto houver outro mais bem classificado, custeado pela mesma fonte de recursos, ainda que seja originário de exercício encerrado.

20.12.1. Havendo créditos certificados e não pagos em virtude de mora exclusiva da Administração Pública na certificação de obrigação mais bem classificada, o gestor do contrato e/ou o respectivo fiscal adotarão as providências necessárias à regularização do fluxo de pagamentos.

20.13. Apenas serão admitidos o descumprimento da ordem cronológica de pagamento, ou desobrigados do atendimento de tal exigência, os casos descritos nos artigos 15 e 16 da Resolução nº 032/2016, devendo ser precedido de justificativa emanada no ordenador de despesas, obrigatória a publicação da mesma no Diário Oficial do Município – DOM.



21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo ser revogada no todo ou em parte por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação;

21.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de serviço, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

21.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da proposta;

21.4. Os proponentes convidados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

21.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

21.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes pelo site www.licitacoes-e.com.br ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento;

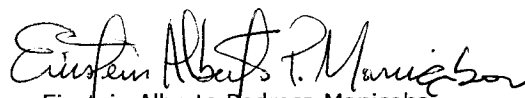
21.8. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da Legislação pertinente.

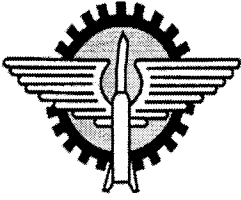
21.9. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

21.10. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Parnamirim-RN;

21.11. A documentação apresentada para fins de habilitação do licitante vencedor fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

Parnamirim-RN, 11 de janeiro de 2021.


Einstein Alberto Pedrosa Maniçoba
Pregoeiro/SEARH



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA DE PREÇOS



TERMO DE REFERENCIA

1 DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem por objeto o Registro de Preço - MENOR PREÇO GLOBAL para eventual contratação de empresa especializada em instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, carga de gás e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem como Split, das mais diversas marcas, instalados nos setores das secretárias e Órgãos da Prefeitura Municipal de Parnamirim/RN, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes neste Termo de Referência, além dos aparelhos que por ventura vierem a ser adquiridos.

1.2 O CONTRATANTE não se obriga a adquirir a quantidade registrada, podendo solicitar o fornecimento de itens individualmente e em percentuais menores, conforme a necessidade demandada.

1.3 A utilização da ata pelo órgão gerenciador - SEARH e pelos participantes poderá ser por itens isolados, conforme a legislação pertinente.

1.3.1 A contratação atenderá também outras unidades que por ventura venham a ser instaladas durante a vigência da contratação.

1.3.2 Órgãos participantes: SEARH, SESAD, SEMUT, SESEM, SEMSUR, SEMOP, SEMUR, SELIM, GACIV, SEMAS, SEL, PROGE.

2 – JUSTIFICATIVA

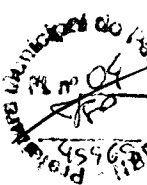
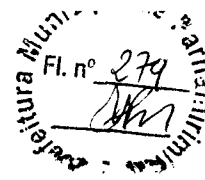
2.1 Trata-se de serviço essencial, tendo em vista que todos aparelhos de ar condicionado devem sofrer manutenção periódica, com intuito de garantir o seu correto funcionamento e qualidade do ar, levando-se em consideração a especialidade do serviço, bem como a demanda existente no município, de modo que esta Prefeitura não dispõe de equipe técnica ou mesmo equipamentos adequados.

3 DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, PEÇAS E QUANTIDADES

3.1 A empresa Contratada deverá apresentar, após a assinatura do devido contrato, Plano de Trabalho pormenorizado, destacando as ações que serão implementadas para cumprimento do Objeto deste Termo, observando as descrições e quantitativos abaixo descritos:

3.2 Instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, carga de gás e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem como split.

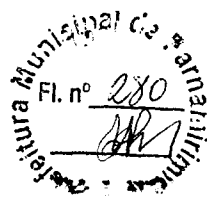
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT	TIPO
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 À 12.000 BTUS.	101	UND
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 À 24.000 BTUS.	38	UND
3	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 À 12.000 BTUS.	94	UND
4	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 À 24.000 BTUS.	39	UND
5	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 À 12.000 BTUS	590	UND
6	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 À 24.000 BTUS.	196	UND
7	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 À 48.000 BTUS.	100	UND
8	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA		



	DE 60.000 À 90.000 BTUS.	16	UND
9	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 À 12.000 BTUS.	566	UND
10	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 À 24.000 BTUS.	164	UND
11	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 À 48.000 BTUS.	78	UND
12	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 À 90.000 BTUS.	16	UND
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 À 21.000 BTUS.	200	UND
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 À 24.000 BTUS.	792	UND
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 À 48.000 BTUS.	137	UND
16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 À 90.000 BTUS.	20	UND

3.3 As peças e seus quantitativos, as quais servirão de parâmetro para elaboração das devidas propostas, que por ventura possam vir a ser substituídas no decorrer do Contrato em decorrência dos serviços prestados, são as seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO DAS PEÇAS	QUANT	TIPO
1	BANDEJA DE CONDENSAÇÃO SPLIT	772	UND
2	CONDENSADOR SPLIT	789	UND
3	COMPRESSOR SPLIT DE 7.000 BTUS	44	UND
4	COMPRESSOR SPLIT DE 7.500 BTUS	32	UND
5	COMPRESSOR SPLIT DE 9.000 BTUS	301	UND
6	COMPRESSOR SPLIT DE 10.000 BTUS	27	UND
7	COMPRESSOR SPLIT DE 12.000 BTUS	281	UND
8	COMPRESSOR SPLIT DE 18.000 BTUS	129	UND
9	COMPRESSOR SPLIT DE 21.000 BTUS	22	UND
10	COMPRESSOR SPLIT DE 24.000 BTUS	72	UND
11	COMPRESSOR SPLIT DE 30.000 BTUS	75	UND
12	COMPRESSOR SPLIT DE 36.000 BTUS	50	UND
13	COMPRESSOR SPLIT DE 48.000 BTUS	30	UND
14	COMPRESSOR SPLIT DE 60.000 BTUS	21	UND
15	COMPRESSOR SPLIT DE 90.000 BTUS	19	UND
16	EVAPORADOR SPLIT	763	UND
17	FILTRO SECADOR TELA SOLDÁVEL SPLIT	1.406	UND
18	GABINETE SPLIT	736	UND
19	HÉLICE SPLIT	734	UND
20	PAINEL DE CONTROLE SPLIT	739	UND
21	MOTOR DO DIFUSOR SPLIT	734	UND



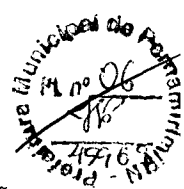
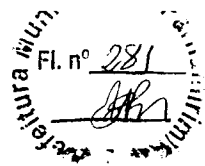
22	MOTOR DO VENTILADOR DO CONDENSADOR SPLIT	732	UND
23	MOTOR VENTILADOR DO EVAPORADOR SPLIT	735	UND
24	PLACA ELETRÔNICA DE CONTROLE SPLIT	747	UND
25	TURBINA SPLIT	742	UND
26	VÁLVULA DE SERVIÇO SPLIT	1.407	UND
27	CAPACITOR SPLIT	2.130	UND
28	COMPRESSOR JANELA DE 7.000 BTUS	25	UND
29	COMPRESSOR JANELA DE 7.500 BTUS	55	UND
30	COMPRESSOR JANELA DE 9.000 BTUS	33	UND
31	COMPRESSOR JANELA DE 10.000 BTUS	50	UND
32	COMPRESSOR JANELA DE 12.000 BTUS	25	UND
33	COMPRESSOR JANELA DE 18.000 BTUS	41	UND
34	COMPRESSOR JANELA DE 21.000 BTUS	20	UND
35	COMPRESSOR JANELA DE 24.000 BTUS	32	UND
36	COMPRESSOR JANELA DE 30.000 BTUS	17	UND
37	PLACA ELETRÔNICA JANELA	113	UND
38	PAINEL DE CONTROLE ELETROMECÂNICO CJ	113	UND
39	PRESSOSTATO CJ	188	UND
40	SERPENTINA CONDENSADORA CJ	108	UND
41	SERPENTINA EVAPORADORA CJ	108	UND
42	TAMPA FRONTAL DO APARELHO CJ	108	UND
43	TERMOSTATO CJ	113	UND
44	TUBO CAPILAR CJ	123	UND
45	TURBINA CJ	111	UND
46	CAPACITOR CJ	209	UND
47	PRESSOSTATO DE ALTA	97	UND
48	DISJUNTOR	222	UND
49	CONTATOR	204	UND
50	RELÉ TÉRMICO	194	UND
51	TEMPORIZADOR	194	UND

4. DA VIGÊNCIA

4.1 A Ata de Registros de Preços terá sua vigência não superior a **01 (um) ano**, a partir da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, conforme determina o artigo 15, § 3º, III da lei Federal nº 8666/1993.

4.1.1 Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão duração adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos moldes do artigo 57, II da lei federal nº 8666/1993, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, limitada a vigência ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, se manifestadamente vantajoso à CONTRATANTE.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



- 5.1 Proceder o pagamento nas formas e prazos estabelecidos.
- 5.2 Fiscalizar e acompanhar o contrato, ficando essa obrigação sob a responsabilidade do fiscal do contrato do Órgão contratante.
- 5.3 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao licitante fornecedor.
- 5.4 Comunicar à Licitante vencedora qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações.
- 5.5 Aplicar as penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Realizar a prestação dos serviços contratados de imediato ou no prazo máximo 05 (cinco) dias corridos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.
- 6.2 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto licitado.
- 6.3 Responsabilizar-se por todo o ônus referente aos serviços prestados ao órgão Contratante;
- 6.4 Efetuar a troca dos produtos que forem recusados pelo Órgão Contratante, devido ao não atendimento às especificações exigidas no certame, ou por vícios, defeitos e incorreções identificados, sem qualquer ônus para o Órgão Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação acompanhada pelo Termo de recusa.
- 6.5 Sempre prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo Órgão Contratante.
- 6.6 Obriga-se a prestar os serviços e a emitir as notas fiscais, conforme quantitativo estabelecido pelo órgão contratante;
- 6.7 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao órgão contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 6.8 Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 6.9 Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pelo Contratante nos parâmetros estabelecidos na Lei 8.666/93.
- 6.10 Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os Tributos Federais, Estaduais e Municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;
- 6.11 Cumprir, às suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

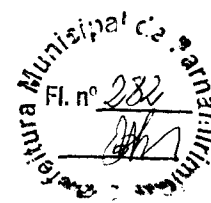
- 7.1 Pessoa jurídica que explore ramo de atividade compatível com o objeto ora especificado e que atenda as condições exigidas no presente Termo de Referência;
- 7.2 O Licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público privado, que comprove(m) que o licitante já tenha fornecido produtos compatíveis com o objeto da licitação.
- 7.2.1 Será admitido o somatório de atestados como comprovação da capacidade do licitante para execução do objeto desta licitação.
- 7.2.2 O atestado deve ser assinado por representante devidamente autorizado da instituição contratante, com firma reconhecida (quando não se tratar de órgão público). O atestado apresentado deve trazer indicação clara e legível do cargo e nome do representante da empresa que o assina, bem como dados para contato (telefone e e-mail), para eventual conferência

8. CRITÉRIO DAS PROPOSTAS

- 8.1 A licitante deverá cotar o preço em real com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, que deverá ser apresentado conforme disposto no sistema de licitações em uso pela SEARH.
- 8.2 Nos preços propostos e nos lances que vierem a fornecer já deverão estar incluídos todos os custos necessários para a entrega/execução de todos os materiais/serviços sobre o objeto licitado. constante da proposta.

9. DA GARANTIA DO OBJETO

- 9.1 A garantia será de 90 (noventa) dias para todos os serviços realizados, bem como peças instaladas ou substituídas caso apresente algum defeito;



10. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

10.1 Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

11. DAS PENALIDADES

11.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com os órgãos da Administração Pública Municipal, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão as seguintes:

11.1.1 Advertência;

11.1.2 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

11.2 Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado para o fornecedor.

11.3 Não havendo mais interesse da Administração Pública Municipal na execução parcial ou total da Ata de Registro de Preços, em razão do descumprimento pelo Fornecedor Registrado de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará na aplicação de processo administrativo que poderá culminar na perda do direito de licitar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.

11.4 O descumprimento total ou parcial da obrigação, nos termos do item 11.3 ensejará, além da sanção prevista no item 11.3, as sanções previstas nos subitens 11.1.2 deste Termo de Referência.

11.5 As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelos órgãos da Administração Pública Municipal ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.

11.6 Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública Municipal, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

11.7 O não atendimento à convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida; ou no caso de não-regularização por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte da documentação prevista no edital, no prazo também previsto no edital, acarretará em multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado para o fornecedor, sem prejuízo de outras cominações legais.

11.8 A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com as Secretarias e Órgãos da Administração Pública Municipal e, será descredenciado do Sistema de Cadastro de Licitantes, mantido pelo Município de Parnamirim/RN, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato e das demais cominações legais

11.9 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento seguirá rigorosamente a Ordem Cronológica de Pagamentos estabelecida pela Resolução 032/2016 TCE/RN e Decreto Municipal nº 6.048/2019, contados a partir da data do atesto.

12.1.1 Para execução do pagamento de que trata o item 12.1, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Órgão beneficiado com o devido n.º do CNPJ, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

12.2 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Órgão beneficiado.

12.3 Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal dos encargos sociais e previdenciários, quais sejam, INSS, FGTS, Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

12.4 A CONTRATANTE, reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações constantes neste certame.

12.5 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

12.6 Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços se dará por meio da Comissão de Registro de Preços que anotará em registro próprio todas as ocorrências determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos.

14. DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

14.1 Os preços registrados poderão ser cancelados de acordo com o disposto nos artigos 21 e 22, do Decreto Municipal nº 5.864, de 16 de Outubro de 2017.

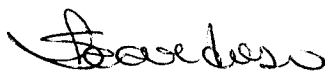
15. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

15.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para fornecimento dos serviços objeto deste Termo de Referência, devendo tomar todos os cuidados necessários para que da consecução do contrato não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1 A eficácia da Ata de Registro de Preços fica condicionada à publicação de seu extrato pela Administração no Diário Oficial do Município, a ser providenciada pela Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993

Parnamirim/RN, 27 de julho de 2020



Soraya Lopes Cardoso

Coordenadora de Análise de Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Parnamirim/RN, 27 de julho de 2020



Jorge de Moraes Maia

Secretário Adjunto de Administração e Recursos Humanos



48.000 BTUS.

8 SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.

9 SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS.

10 SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.

11 SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUS.

12 SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.

13 SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 21.000 BTUS.

14 SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 24.000 BTUS.

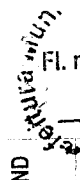
15 SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM

08	515	XX	04	XX	02	04	12	XX	XX	06	05	10	XX	566	UND
15	105	XX	01	XX	XX	03	14	XX	XX	06	05	15	XX	164	UND
08	50	XX	XX	XX	XX	XX	10	XX	XX	XX	05	05	XX	78	UND
02	05	XX	XX	XX	XX	XX	02	XX	XX	XX	05	02	XX	16	UND
20	80	XX	02	XX	02	XX	12	XX	15	12	05	50	XX	200	UND
40	620	XX	08	XX	02	07	14	XX	XX	24	05	30	12	792	UND

Arquitetura Municipal
Fl. n.º 285
Prefeitura Municipal de Marabá
Fl. n.º 155

BTUS

13	COMPRESSOR SPLIT DE 48.000 BTUS	05	10	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	05	05	XX	XX	30	UND
14	COMPRESSOR SPLIT DE 80.000 BTUS	35	30	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	25	25	XX	XX	30	UND
15	COMPRESSOR SPLIT DE 90.000 BTUS	05	05	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	05	05	XX	XX	19	UND
16	EVAPORADOR SPLIT	30	675	XX	02	XX	07	03	XX	XX	XX	XX	XX	05	15	24	763	UND	
17	FILTRO SECADOR TELA SOLDÁVEL SPLIT	30	1.345	XX	02	XX	07	05	XX	XX	XX	XX	XX	05	10	XX	1.406	UND	
18	GABINETE SPLIT	30	675	XX	02	XX	07	03	XX	XX	XX	XX	XX	05	12	XX	736	UND	
19	HÉLICE SPLIT	30	675	XX	02	XX	07	03	XX	XX	XX	XX	XX	05	10	XX	734	UND	
20	PAINEL DE CONTROLE SPLIT	30	675	XX	02	XX	07	03	XX	XX	XX	XX	XX	05	15	XX	739	UND	
21	MOTOR DO DIFUSOR SPLIT	30	675	XX	02	XX	07	03	XX	XX	XX	XX	XX	05	10	XX	734	UND	
22	MOTOR DO VENTILADOR DO CONDENSADOR SPLIT	30	675	XX	02	XX	07	06	XX	XX	XX	XX	XX	05	05	XX	732	UND	
23	MOTOR VENTILADOR DO EVAPORADOR SPLIT	30	675	XX	02	XX	07	06	XX	XX	XX	XX	XX	05	08	XX	735	UND	
24	PLACA ELETRÔNICA DE CONTROLE SPLIT	40	675	XX	02	XX	07	06	XX	XX	XX	XX	XX	05	10	XX	747	UND	
25	TURBINA SPLIT	30	675	XX	02	XX	07	06	XX	XX	XX	XX	XX	05	15	XX	742	UND	
26	VÁLVULA DE SERVIÇO SPLIT	30	1.345	XX	02	XX	07	06	XX	XX	XX	XX	XX	05	10	XX	1.407	UND	
27	CAPACITOR SPLIT	73	2015	XX	02	XX	07	06	XX	XX	XX	XX	XX	05	20	XX	2.130	UND	
28	COMPRESSOR JANELA DE 7.000 BTUS	10	05	XX	02	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	05	XX	XX	25	UND	
29	COMPRESSOR JANELA DE 7.500 BTUS	10	35	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	05	05	XX	55	UND	
30	COMPRESSOR JANELA DE 9.000 BTUS	10	10	XX	02	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	05	05	01	33	UND	
31	COMPRESSOR JANELA DE 10.000 BTUS	10	30	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	05	05	XX	50	UND	
32	COMPRESSOR JANELA DE 12.000 BTUS	10	05	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	05	05	XX	25	UND	
33	COMPRESSOR JANELA DE	10	10	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	05	05	11	41	UND	



 Prefeitura Municipal de...

 Fl. nº 287

 2016







Pesquisa Nº: 335/2020

Nº Processo: 1.531.860/2

Período: 17/08/2020 a 21/09/2020

Tipo de Cálculo: Mediana

Valor Final: 5.342.694,04

Objeto: Autorização para abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem com Split, instalado nesta secretaria.

Item - Código - Especificação	Qtd.	Und	Proposta(s) do(s) Fornecedor(s)										Vir. Total			
			POLYCLIMA - AR CONDICIONADO 3 REFRIGERADO INDUSTRIA LIDA -	MÁXIMUS - GESTÃO DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LIDA	URVCLIMA AR CONDICIONADO EIRELI	ARP Nº 19/2013 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM - DABO	NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LIDA - BANK							Vir. Mediana		
1 - 0015035 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUs.	101,00	Unidade	220,00	210,00	200,00	282,00	0,00	0,00							215,00	21.715,00
2 - 0015036 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUs.	38,00	Unidade	250,00	290,00	250,00	0,00	0,00	0,00							250,00	9.500,00
3 - 0015037 - SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUs.	94,00	Unidade	120,00	190,00	200,00	0,00	0,00	0,00							190,00	17.860,00
4 - 0015038 - SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUs.	39,00	Unidade	150,00	220,00	250,00	0,00	0,00	0,00							220,00	8.580,00
5 - 0015039 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUs.	590,00	Unidade	350,00	270,00	550,00	489,00	343,67								499,00	294.410,00
6 - 0015040 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUs.	196,00	Unidade	970,00	310,00	1.900,00	602,00	361,00								602,00	117.992,00
7 - 0015041 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUs.	100,00	Unidade	1.200,00	340,00	2.800,00	650,00	386,00								650,00	65.000,00
8 - 0015042 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUs.	16,00	Unidade	1.500,00	390,00	3.000,00	812,00	0,00								1.156,00	18.496,00
9 - 0015043 - SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUs.	566,00	Unidade	220,00	190,00	250,00	162,00	163,33								190,00	107.540,00
10 - 0015044 - SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUs.	164,00	Unidade	250,00	230,00	250,00	162,00	204,33								230,00	37.720,00
11 - 0015045 - SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUs.	78,00	Unidade	300,00	290,00	300,00	178,00	119,55								290,00	22.620,00
12 - 0015046 - SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUs.	16,00	Unidade	280,00	350,00	250,00	178,00	142,00								250,00	4.000,00
13 - 0015047 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 21.000 BTUs.	200,00	Unidade	250,00	240,00	150,00	215,00	0,00								227,50	45.500,00

F. nº 289



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Pesquisa Mercadológica

Pesquisa Nº. 335/2020 Nº Processo: 1.531.860/2 Período: 17/08/2020 a 21/09/2020 Tipo de Cálculo: Mediana Valor Final: 5.342.694,04

Objeto: Autorização para abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem com Split, instalado nesta secretaria.

Table with columns: Item - Código - Especificação, Qtd, Und, Polyclima - AR, Máximus - Gestão de Manutenção Industrial Ltda, Unyclima - AR, ARF Nº 132019 - Prefeitura de São Sebastião da Boa Vista, NP Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda - Banc, Proposta(s) do(s) Fornecedor(es), Vlr. Mediana, Vlr. Total. Rows include items for air conditioning units, compressors, and evaporators.

Handwritten signatures and stamps, including 'PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM' and 'SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO'.

Handwritten signature at the bottom right of the page.



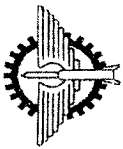
Pesquisa Nº: 335/2020 Nº Processo: 1.531.860/2 Período: 17/08/2020 a 21/09/2020 Tipo de Cálculo: Mediana Valor Final: 5.342.694,04

Objeto: Autorização para abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem com Split, instalado nesta secretaria.

Item - Código - Especificação	Qtid.	Und	Proposta(s) do(s) Fornecedor(es)										Vir. Total
			POLYCLIMA-AR CONDICIONADOR DE REFRIGERAÇÃO LTDA.	MÁXIMOS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA	UNYCLIMAR CONDICIONADOR EIRELI	SPR N° 150878 PREVENTIVA SAO SERAFIM DA BD	NE CAPACITAZAO CONDICIONADOR DE REFRIGERACAO TECNOLOGICAS LTDA - BANC	Vir. Mediana	Vir. Total				
34 - 0014806 - GABINETE SPLIT	736,00	Unidade	150,00	149,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	110.400,00	
35 - 0014807 - HÉLICE SPLIT	734,00	Unidade	120,00	98,00	420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	88.080,00	
36 - 0014808 - PAINEL DE CONTROLE SPLIT	739,00	Unidade	140,00	140,00	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	103.460,00	
37 - 0014809 - MOTOR DO DIFUSOR SPLIT	734,00	Unidade	200,00	270,00	390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270,00	198.180,00	
38 - 0014810 - MOTOR DO VENTILADOR DO CONDENSADOR SPLIT	732,00	Unidade	350,00	180,00	520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	256.200,00	
39 - 0014811 - MOTOR VENTILADOR DO EVAPORADOR SPLIT	735,00	Unidade	250,00	220,00	796,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	193.750,00	
40 - 0014812 - PLACA ELETRONICA DE CONTROLE SPLIT	747,00	Unidade	300,00	79,00	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	224.100,00	
41 - 0014813 - TURBINA SPLIT	742,00	Unidade	200,00	175,00	320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	148.400,00	
42 - 0014814 - VALVULA DE SERVIÇO SPLIT	1.407,00	Unidade	60,00	89,00	450,00	0,00	85,21	0,00	0,00	0,00	87,11	122.553,77	
43 - 0014815 - CAPACITOR SPLIT	2.130,00	Unidade	35,00	69,00	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,00	146.970,00	
44 - 0015048 - COMPRESSOR JANELA DE 7.000 BTUs	25,00	Unidade	450,00	370,00	980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	11.250,00	
45 - 0014817 - COMPRESSOR JANELA DE 7.500 BTUs	55,00	Unidade	450,00	390,00	950,00	0,00	351,15	0,00	0,00	0,00	420,00	23.100,00	
46 - 0015049 - COMPRESSOR JANELA DE 9.000 BTUs	33,00	Unidade	450,00	430,00	980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	14.650,00	
47 - 0015050 - COMPRESSOR JANELA DE 10.000 BTUs	50,00	Unidade	500,00	490,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	25.000,00	
48 - 0015051 - COMPRESSOR JANELA DE 12.000 BTUs	25,00	Unidade	500,00	570,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,00	14.250,00	
49 - 0015052 - COMPRESSOR JANELA DE 18.000 BTUs	41,00	Unidade	600,00	639,00	1.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639,00	26.199,00	
50 - 0015053 - COMPRESSOR JANELA DE 21.000 BTUs	20,00	Unidade	700,00	690,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	14.000,00	
51 - 0015054 - COMPRESSOR JANELA DE 24.000 BTUs	32,00	Unidade	800,00	789,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	25.600,00	
52 - 0015055 - COMPRESSOR JANELA DE 30.000 BTUs	17,00	Unidade	1.000,00	980,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	17.000,00	
53 - 0014825 - PLACA ELETRONICA JANELA	113,00	Unidade	300,00	279,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279,00	31.527,00	
54 - 0014826 - PAINEL DE CONTROLE (ELETROMECANICO) CJ	113,00	Unidade	250,00	239,00	290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	28.250,00	
55 - 0014827 - FRESSOSTATO CJ	188,00	Unidade	80,00	171,00	480,00	0,00	89,50	0,00	0,00	0,00	130,45	24.524,60	
56 - 0014828 - SERPENTINA CONDENSADORA CJ	108,00	Unidade	300,00	419,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419,00	45.144,00	
57 - 0014829 - SERPENTINA EVAPORADORA CJ	108,00	Unidade	300,00	326,00	920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	326,00	42.612,00	
58 - 0014830 - TAMPA FRONTAL DO APARELHO CJ	108,00	Unidade	450,00	187,00	590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187,00	30.165,00	
59 - 0014831 - TERMOSTATO CJ	113,00	Unidade	100,00	179,00	180,00	0,00	164,68	0,00	0,00	0,00	168,94	19.080,22	

Secretaria Municipal de Planejamento e Controle Gerencial
Fl. nº 393
17/09/2020

[Handwritten signature]

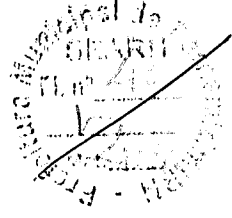


Pesquisa Nº: 335/2020 Nº Processo: 1.531.860/2 Período: 17/08/2020 a 21/09/2020 Tipo de Cálculo: Mediana Valor Final: 5.342.694,04

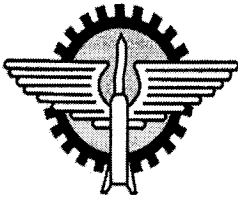
Objeto: Autorização para abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem com Split, instalado nesta secretaria.

Item - Código - Especificação	Qtd.	Und	Proposta(s) do(s) Fornecedor(es)										Vir. Total			
			POLYCLIMA - AR CONDICIONADOR & REFRIGERAÇÃO LTDA	MAXIMUS - GESTÃO DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA	UNYCLIMAR CONDICIONADO EIRELI	ARP Nº 192819 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM DA BO	NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES LTDA - SANC							Vir. Mediana		
60 - 0014832 - TUBO CAPILAR CJ	123,00	Unidade	100,00	159,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				100,00	12.300,00	
61 - 0014833 - TURRINA CJ	111,00	Unidade	80,00	196,00	280,00	0,00	177,33							187,67	20.831,37	
62 - 0014834 - CAPACITOR CJ	209,00	Unidade	50,00	95,00	110,00	0,00	67,67							81,34	17.000,96	
63 - 0014835 - PRESSOSTATO DE ALTA	97,00	Unidade	80,00	140,00	170,00	0,00	155,00							147,50	14.307,50	
64 - 0014836 - DISJUNTOR	222,00	Unidade	40,00	49,00	150,00	0,00	36,91							44,50	9.879,00	
65 - 0014837 - CONTATOR	204,00	Unidade	150,00	69,00	500,00	0,00	105,47							127,74	26.058,96	
66 - 0014838 - RELE TERMICO	194,00	Unidade	100,00	79,00	290,00	0,00	106,43							103,24	20.028,56	
67 - 0014839 - TEMPORIZADOR	194,00	Unidade	150,00	139,00	200,00	0,00	113,01							144,50	28.033,00	
Totais			5.139.910,00	4.288.908,00	11.638.279,00	964.416,00	977.677,51									

* Preço Descartado (Valor inexistível ou outros motivos)



[Handwritten signature]



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2021

PROCESSO Nº 202015318760
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021-SRP
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.
VIGÊNCIA DA ATA - ____/____/____ - ART. 6º
DATA DA ABERTURA DO PREGÃO: ____/____/____
DATA DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO: ____/____/____
NÚMERO DO REGISTRO NO TCE/RN:

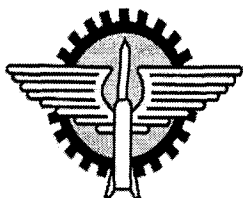
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E DEMAIS INSUMOS, RELATIVAMENTE AOS APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, BEM COMO SPLIT, INSTALADOS NOS SETORES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA E ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE PARNAMIRIM/RN.

Aos ____ dias de _____ do ano de dois mil e vinte e um, o Município de Parnamirim/RN, CNPJ nº. 08.170.862/0001-74, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS, neste ato representado pelo seu Secretário Municipal, Sr. HOMERO GREC CRUZ SÁ, brasileiro, casado, advogado, RG nº 589.763 – SSP/RN, CPF sob o nº 175.925.424-04, residente e domiciliado na Rua Jacy Ferreira de Castro, nº 39, Centro, Parnamirim/RN, CEP 59140-080, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2021, processo administrativo nº 202015318760, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta Ata, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e no Decreto Municipal nº 5.864/2017 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à contratação de empresa especializada na instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem como split, instalados nos setores das diversas secretarias e órgãos da Prefeitura e órgãos da Prefeitura de Parnamirim/RN, cuja especificação, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

1.2. A prestação dos serviços deverá atender às exigências da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos-SEARH, que atuará como órgão gerenciador e participante, e as Secretarias: SEARH, SESAD, SEMUT, SESDEM, SEMSUR, SEMOP, SEMUR, SELIM, GACIV, SEMAS, SEL, PROGE, atuarão apenas como participantes.



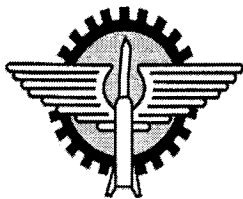
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

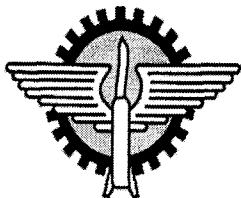
EMPRESA:					
CNPJ:		Telefone:		e-mail:	
Endereço:					
LOTE ÚNICO					
Item	Descrição dos produtos	Quantidade	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS.	101	UND		
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	38	UND		
3	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS.	94	UND		
4	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	39	UND		
5	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS	590	UND		
6	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	196	UND		
7	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUS.	100	UND		
8	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.	16	UND		
9	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS.	566	UND		
10	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	164	UND		
11	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUS.	78	UND		
12	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.	16	UND		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 21.000 BTUS.	200	UND		
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 24.000 BTUS.	792	UND		
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUS.	137	UND		
16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.	20	UND		
17	BANDEJA DE CONDENSAÇÃO SPLIT	772	UND		
18	CONDENSADOR SPLIT	789	UND		
19	COMPRESSOR SPLIT DE 7.000 BTUS	44	UND		
20	COMPRESSOR SPLIT DE 7.500 BTUS	32	UND		
21	COMPRESSOR SPLIT DE 9.000 BTUS	301	UND		
22	COMPRESSOR SPLIT DE 10.000 BTUS	27	UND		
23	COMPRESSOR SPLIT DE 12.000 BTUS	281	UND		
24	COMPRESSOR SPLIT DE 18.000 BTUS	129	UND		
25	COMPRESSOR SPLIT DE 21.000 BTUS	22	UND		
26	COMPRESSOR SPLIT DE 24.000 BTUS	72	UND		
27	COMPRESSOR SPLIT DE 30.000 BTUS	75	UND		
28	COMPRESSOR SPLIT DE 36.000 BTUS	50	UND		
29	COMPRESSOR SPLIT DE 48.000 BTUS	30	UND		
30	COMPRESSOR SPLIT DE 60.000 BTUS	21	UND		
31	COMPRESSOR SPLIT DE 90.000 BTUS	19	UND		
32	EVAPORADOR SPLIT	763	UND		
33	FILTRO SECADOR TELA SOLDÁVEL SPLIT	1.406	UND		
34	GABINETE SPLIT	736	UND		
35	HÉLICE SPLIT	734	UND		
36	PAINEL DE CONTROLE SPLIT	739	UND		
37	MOTOR DO DIFUSOR SPLIT	734	UND		
38	MOTOR DO VENTILADOR DO CONDENSADOR SPLIT	732	UND		
39	MOTOR VENTILADOR DO EVAPORADOR SPLIT	735	UND		
40	PLACA ELETRÔNICA DE CONTROLE SPLIT	747	UND		
41	TURBINA SPLIT	742	UND		
42	VÁLVULA DE SERVIÇO SPLIT	1.407	UND		
43	CAPACITOR SPLIT	2.130	UND		
44	COMPRESSOR JANELA DE 7.000 BTUS	25	UND		
45	COMPRESSOR JANELA DE 7.500 BTUS	55	UND		
46	COMPRESSOR JANELA DE 9.000 BTUS	33	UND		
47	COMPRESSOR JANELA DE 10.000 BTUS	50	UND		
48	COMPRESSOR JANELA DE 12.000 BTUS	25	UND		
49	COMPRESSOR JANELA DE 18.000 BTUS	41	UND		
50	COMPRESSOR JANELA DE 21.000 BTUS	20	UND		
51	COMPRESSOR JANELA DE 24.000 BTUS	32	UND		
52	COMPRESSOR JANELA DE 30.000 BTUS	17	UND		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



53	PLACA ELETRÔNICA JANELA	113	UND		
54	PAINEL DE CONTROLE ELETROMECAÂNICO CJ	113	UND		
55	PRESSOSTATO CJ	188	UND		
56	SERPENTINA CONDENSADORA CJ	108	UND		
57	SERPENTINA EVAPORADORA CJ	108	UND		
58	TAMPA FRONTAL DO APARELHO CJ	108	UND		
59	TERMOSTATO CJ	113	UND		
60	TUBO CAPILAR CJ	123	UND		
61	TURBINA CJ	111	UND		
62	CAPACITOR CJ	209	UND		
63	PRESSOSTATO DE ALTA	97	UND		
64	DISJUNTOR	222	UND		
65	CONTATOR	204	UND		
66	RELÉ TÉRMICO	194	UND		
67	TEMPORIZADOR	194	UND		
VALOR GLOBAL DO LOTE					R\$

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR TERCEIROS

3.1. A presente ARP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório para a sua formação, desde que devidamente comprovada a vantagem da contratação.

3.2. O órgão ou entidade da Administração Pública que tenha interesse, mediante consulta prévia, solicitará à Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos - SEARH, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, autorização para uso da ARP, observadas as condições do item anterior.

3.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ARP, desde que tal fornecimento não prejudique as obrigações por ele assumidas anteriormente.

3.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade da Administração Pública, a cinquenta por cento dos quantitativos registrados na ARP.

CLÁUSULA IV – VALIDADE DA ATA

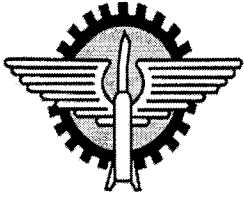
4.1. A validade da presente ARP será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura pelas partes envolvidas, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA V – SUSPENSÃO E CANCELAMENTO

5.1. Os preços registrados poderão ser suspensos quando:

5.1.1. A SEARH julgar que o fornecedor esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Edital, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da decisão; e

5.1.2. Mediante solicitação por escrito do fornecedor, desde que o mesmo comprove a impossibilidade de cumprimento das exigências do Edital, motivada por causa superveniente e estranha a sua vontade, ficando sujeito às penalidades previstas no instrumento convocatório respectivo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



5.2. O fornecedor terá o seu registro cancelado quando:

5.2.1. descumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;

5.2.2. não assinar o Termo de Contrato decorrente do registro de preços ou não retirar, no prazo estabelecido pelo Município, o instrumento equivalente, dentre os previstos no art. 62 da Lei nº 8.666/1993, salvo se aceita sua justificativa;

5.2.3. não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.2.4. der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

5.2.5. ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato, relativamente a contratação decorrente do registro de preços por ele formalizada; ou

5.2.6. tiver presente razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou houver hipótese prevista em lei.

5.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.2.1 a 5.2.6 será formalizado por despacho da autoridade competente do Secretário de Administração e dos Recursos Humanos e a comunicação ao fornecedor interessado acerca da decisão tomada, juntando-se comprovante desta nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ARP, devidamente comprovados e justificados:

5.4.1. por razão de interesse público; ou

5.4.2. a pedido do fornecedor.

5.5. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Comissão Gerenciadora convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.6. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido.

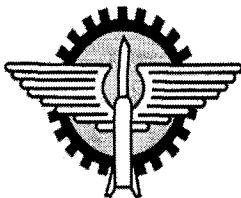
5.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Setor Gerenciador poderá:

5.7.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.7.2. convocar os demais fornecedores, obedecida a ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.9. As alterações de preços serão registradas em ARP complementar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



CLÁUSULA VI – DO FORO

6.1. Fica eleito o foro da Comarca de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas e litígios decorrentes desta ARP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VII – CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos;

7.2. O Município de Parnamirim/RN não se obriga a adquirir o item registrado do licitante vencedor, nem tampouco, as quantidades previstas, conforme art. 15, § 4º da Lei nº 8.666, de 1993, bem como o art. 17 do Decreto Municipal n.º 5.864, de 16 de Outubro de 2017.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ARP foi lavrada em três vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes envolvidas

HOMERO GREC CRUZ SÁ

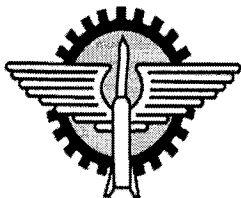
Secretário Municipal de Administração e dos Recursos Humanos

Representante legal do fornecedor registrado

TESTEMUNHAS:

1ª _____
CPF:

2ª _____
CPF:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



ANEXO II-A

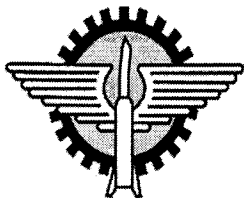
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 01/2021 – SEARH

FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

Registro dos licitantes que aceitaram igualar os preços ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

FORNECEDOR 1:	CNPJ
FORNECEDOR 2:	CNPJ

[incluir tantos quantos forem os fornecedores a serem registrados]



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E DEMAIS INSUMOS, RELATIVAMENTE AOS APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, BEM COMO SPLIT, INSTALADOS NOS SETORES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE PARNAMIRIM/RN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

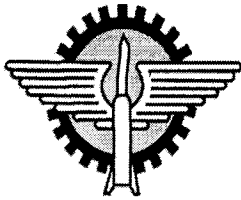
Pelo presente instrumento particular que entre si fazem, de um lado na qualidade de **CONTRATANTE**, o **MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM**, com sede na Av. Castor Vieira Régis, 50, Cohabinal - Parnamirim/RN, inscrito no CNPJ nº 08.170.862/0001-74, doravante denominado **CONTRATANTE**, nesta ato legalmente representado por seu Secretário(a) Municipal de _____, Sr(a). _____, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº _____, CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, e do outro, na qualidade de **CONTRATADA**, como será designada a seguir _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo Senhor(a) _____, inscrito(a) no CPF/MF nº _____ e RG nº _____, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justos, acordados e contratados o negócio jurídico a instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem como split, instalados nos setores das diversas secretarias e órgãos da Prefeitura de Parnamirim/RN, que se regerá mediante todos os termos, cláusulas e condições que abaixo livremente aceitam, outorgam e se obrigam por si e por seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS

1.1. O presente instrumento se fundamenta no Pregão Eletrônico - SRP Nº 01/2021, realizado na conformidade da Lei nº 8.666, de 21/06/93, e demais disposições pertinentes, do que, o Edital e a Proposta passam a fazer parte integrante deste, para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO.

2.1. Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem como split, instalados nos setores das diversas secretarias e órgãos da Prefeitura de Parnamirim/RN, pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, conforme especificações contidas no Processo Administrativo nº 202015318760 - Pregão Eletrônico nº 01/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

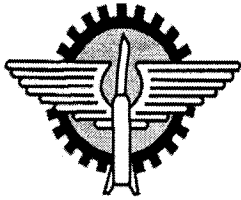


CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços prestados, objeto deste Contrato, o valor total de R\$ _____ (_____), em conformidade com as cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento Contratual e proposta de preços adjudicada no processo licitatório.

3.2 - Os valores unitários a serem praticados pela Contratada, de acordo com a proposta de preços adjudicada no processo licitatório são os constantes da tabela abaixo:

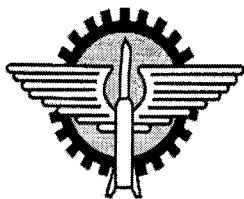
EMPRESA:					
CNPJ:		Telefone:		e-mail:	
Endereço:					
LOTE ÚNICO					
Item	Descrição dos produtos	Quantidade	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 Á 12.000 BTUS.	101	UND		
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 Á 24.000 BTUS.	38	UND		
3	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 Á 12.000 BTUS.	94	UND		
4	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 Á 24.000 BTUS.	39	UND		
5	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 Á 12.000 BTUS	590	UND		
6	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 Á 24.000 BTUS.	196	UND		
7	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 Á 48.000 BTUS.	100	UND		
8	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 Á 90.000 BTUS.	16	UND		
9	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 Á 12.000 BTUS.	566	UND		
10	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 Á 24.000 BTUS.	164	UND		
11	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 Á 48.000 BTUS.	78	UND		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



12	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 Á 90.000 BTUS.	16	UND		
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 Á 21.000 BTUS.	200	UND		
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 Á 24.000 BTUS.	792	UND		
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 Á 48.000 BTUS.	137	UND		
16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 Á 90.000 BTUS.	20	UND		
17	BANDEJA DE CONDENSAÇÃO SPLIT	772	UND		
18	CONDENSADOR SPLIT	789	UND		
19	COMPRESSOR SPLIT DE 7.000 BTUS	44	UND		
20	COMPRESSOR SPLIT DE 7.500 BTUS	32	UND		
21	COMPRESSOR SPLIT DE 9.000 BTUS	301	UND		
22	COMPRESSOR SPLIT DE 10.000 BTUS	27	UND		
23	COMPRESSOR SPLIT DE 12.000 BTUS	281	UND		
24	COMPRESSOR SPLIT DE 18.000 BTUS	129	UND		
25	COMPRESSOR SPLIT DE 21.000 BTUS	22	UND		
26	COMPRESSOR SPLIT DE 24.000 BTUS	72	UND		
27	COMPRESSOR SPLIT DE 30.000 BTUS	75	UND		
28	COMPRESSOR SPLIT DE 36.000 BTUS	50	UND		
29	COMPRESSOR SPLIT DE 48.000 BTUS	30	UND		
30	COMPRESSOR SPLIT DE 60.000 BTUS	21	UND		
31	COMPRESSOR SPLIT DE 90.000 BTUS	19	UND		
32	EVAPORADOR SPLIT	763	UND		
33	FILTRO SECADOR TELA SOLDÁVEL SPLIT	1.406	UND		
34	GABINETE SPLIT	736	UND		
35	HÉLICE SPLIT	734	UND		
36	PAINEL DE CONTROLE SPLIT	739	UND		
37	MOTOR DO DIFUSOR SPLIT	734	UND		
38	MOTOR DO VENTILADOR DO CONDENSADOR SPLIT	732	UND		
39	MOTOR VENTILADOR DO EVAPORADOR SPLIT	735	UND		
40	PLACA ELETRÔNICA DE CONTROLE SPLIT	747	UND		
41	TURBINA SPLIT	742	UND		
42	VÁLVULA DE SERVIÇO SPLIT	1.407	UND		
43	CAPACITOR SPLIT	2.130	UND		
44	COMPRESSOR JANELA DE 7.000 BTUS	25	UND		
45	COMPRESSOR JANELA DE 7.500 BTUS	55	UND		
46	COMPRESSOR JANELA DE 9.000 BTUS	33	UND		
47	COMPRESSOR JANELA DE 10.000 BTUS	50	UND		
48	COMPRESSOR JANELA DE 12.000 BTUS	25	UND		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



49	COMPRESSOR JANELA DE 18.000 BTUS	41	UND		
50	COMPRESSOR JANELA DE 21.000 BTUS	20	UND		
51	COMPRESSOR JANELA DE 24.000 BTUS	32	UND		
52	COMPRESSOR JANELA DE 30.000 BTUS	17	UND		
53	PLACA ELETRÔNICA JANELA	113	UND		
54	PAINEL DE CONTROLE ELETROMECAÂNICO CJ	113	UND		
55	PRESSOSTATO CJ	188	UND		
56	SERPENTINA CONDENSADORA CJ	108	UND		
57	SERPENTINA EVAPORADORA CJ	108	UND		
58	TAMPA FRONTAL DO APARELHO CJ	108	UND		
59	TERMOSTATO CJ	113	UND		
60	TUBO CAPILAR CJ	123	UND		
61	TURBINA CJ	111	UND		
62	CAPACITOR CJ	209	UND		
63	PRESSOSTATO DE ALTA	97	UND		
64	DISJUNTOR	222	UND		
65	CONTATOR	204	UND		
66	RELÉ TÉRMICO	194	UND		
67	TEMPORIZADOR	194	UND		
VALOR GLOBAL DO LOTE					R\$

3.3 O pagamento seguirá rigorosamente a Ordem Cronológica de Pagamentos estabelecida pela Resolução 032/2016 TCE/RN e Decreto Municipal nº 6.048/2019, contados a partir da data do atesto.

3.4 Para execução do pagamento de que trata o item 12.1, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Órgão beneficiado com o devido n.º do CNPJ, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

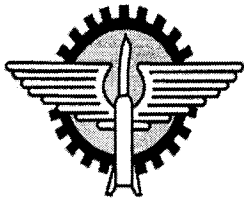
3.5 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Órgão beneficiado.

3.6 Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal dos encargos sociais e previdenciários, quais sejam, INSS, FGTS, Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

3.7 A CONTRATANTE, reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações constantes neste certame.

3.8 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

3.9 Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preço, que deverão ser formalizados por cada Secretaria participante, vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, em conformidade com o inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas com recursos financeiros _____, e a seguinte Dotação Orçamentária: _____.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. A proposta da **CONTRATADA**, o edital e seus anexos são partes integrantes e complementares deste contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Realizar a prestação dos serviços contratados de imediato ou no prazo máximo 05 (cinco) dias corridos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

7.2 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto licitado.

7.3 Responsabilizar-se por todo o ônus referente aos serviços prestados ao órgão Contratante;

7.4 Efetuar a troca dos produtos que forem recusados pelo Órgão Contratante, devido ao não atendimento às especificações exigidas no certame, ou por vícios, defeitos e incorreções identificados, sem qualquer ônus para o Órgão Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação acompanhada pelo Termo de recusa.

7.5 Sempre prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo Órgão Contratante.

6.6 Obriga-se a prestar os serviços e a emitir as notas fiscais, conforme quantitativo estabelecido pelo órgão contratante;

7.7 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao órgão contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

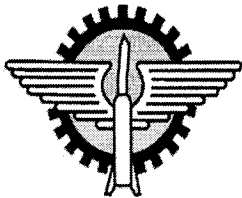
7.8 Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

7.9 Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pelo Contratante nos parâmetros estabelecidos na Lei 8.666/93.

7.10 Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os Tributos Federais, Estaduais e Municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

7.11 Cumprir, às suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

[Assinatura]



CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1 Proceder o pagamento nas formas e prazos estabelecidos.
- 8.2 Fiscalizar e acompanhar o contrato, ficando essa obrigação sob a responsabilidade do fiscal do contrato do Órgão contratante.
- 8.3 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao licitante fornecedor.
- 8.4 Comunicar à Licitante vencedora qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações.
- 8.5 Aplicar as penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com os órgãos da Administração Pública Municipal, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão as seguintes:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

9.2 Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado para o fornecedor.

9.3 Não havendo mais interesse da Administração Pública Municipal na execução parcial ou total da Ata de Registro de Preços, em razão do descumprimento pelo Fornecedor Registrado de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará na aplicação de processo administrativo que poderá culminar na perda do direito de licitar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos.

9.4 O descumprimento total ou parcial da obrigação, nos termos do item 9.3 ensejará, além da sanção prevista no item 9.3, as sanções previstas nos subitens 9.1.2 deste Termo de Referência.

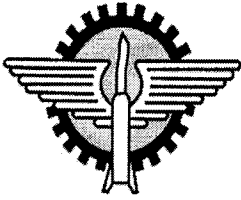
9.5 As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelos órgãos da Administração Pública Municipal ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.

9.6 Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública Municipal, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

9.7 O não atendimento à convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida; ou no caso de não-regularização por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte da documentação prevista no edital, no prazo também previsto no edital, acarretará em multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado para o fornecedor, sem prejuízo de outras cominações legais.

9.8 A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa,

[Assinatura]



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com as Secretarias e Órgãos da Administração Pública Municipal e, será descredenciado do Sistema de Cadastro de Licitantes, mantido pelo Município de Parnamirim/RN, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato e das demais cominações legais.

9.9 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido, pelo MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM, de pleno direito, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, pelo inadimplemento ou infração de quaisquer de suas cláusulas e condições, na forma da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Secretarias, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a presente licitação, à exceção da possibilidade de reajuste de preços previsto no § 8º do referido artigo do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 O CONTRATADO deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

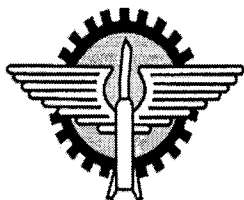
12.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pelo CONTRATADO.

12.3 Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas "a" a "d" do item 12.2 desta cláusula.

12.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do órgão.

12.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



12.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

12.7. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Edital do Pregão Eletrônico e das cláusulas contratuais.

12.8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo órgão com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

12.9. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no término da vigência deste contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

12.10. Isenção de Responsabilidade da Garantia

13.10.1. O órgão não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

12.10.2. Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas "c" e "d" do item 12.10 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo órgão.

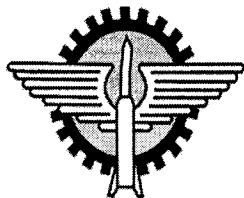
12.3. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 12.10.1 desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, conforme observadas as disposições contidas na alínea "d", inciso II, do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e no artigo 18 do Decreto Municipal nº 5.864/2017 e suas alterações.

13.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela Contratada, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura do contrato e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de materiais e/ou matérias primas), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente elencadas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



13.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Contratante, este deverá comprovar rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em prejuízo do Município.

13.5. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

13.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do Contratante, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Contratante.

13.6.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.6.2. O Contratante deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão.

13.7. O valor deste contrato poderá ser reajustado nos termos do artigo 55, III c/c § 8º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO

14.1. As partes usando da disponibilidade que lhes concede o Art. 87 do Código Civil Brasileiro elegem o Foro da Comarca de Parnamirim/RN, como o único competente para dirimir todas e quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão resolvidos segundo a legislação específica que rege a matéria, considerando-se precipuamente, o interesse público do MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM.

E, por estarem assim, justos, acordados e contratados, as partes mandaram digitar o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma para o mesmo fim e efeito de direito, o qual depois de lido e achado conforme, o assinam, juntamente com as testemunhas que a tudo assistiram.

Parnamirim (RN), _____ de _____ de 2021.

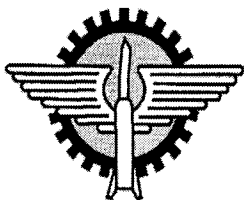
P/CONTRATANTE

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____
CPF:

2ª _____
CPF:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS
NORMAS RELATIVAS AO TRABALHO DO MENOR**

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 01/2021 – SEARH

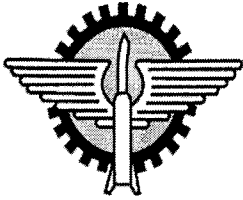
A empresa _____, sediada à _____, inscrita no
CNPJ n.º _____, por intermédio do seu representante legal o Sr.
_____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF n.º
_____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º
8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____ de 2021.

Empresa
Nome responsável
Cargo
CPF

[Handwritten signature]



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



ANEXO V

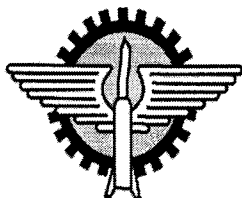
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO**

Pregão Eletrônico - SRP nº 01/2021 - SEARH

A empresa, CNPJ n.º, com sede....., DECLARA, sob as penas da lei que, até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

..... de 2021.

Razão Social
Nome
Cargo



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



ANEXO VI

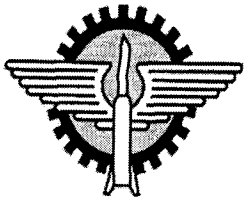
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 01/2021 - SEARH

A empresa....., CNPJ n.º, por intermédio do seu representante legal Sr....., portador da Carteira de Identidade nº, emitida por..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente e rigorosamente os requisitos de habilitação exigidos pelo instrumento convocatório deste Pregão.

..... de 2021.

Razão Social
Nome
Cargo



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



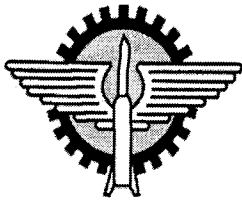
ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

A empresa
inscrita no CNPJ nº....., sediada (endereço completo)
....., por intermédio de seu
representante legal o(a) Sr.(a)
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF.....
DECLARA, sob as penas da Lei, que atende os dispositivos da Lei Ordinária n.º 2.036, de 23 de junho de 2020, notadamente no inciso IV, tendo direito aos benefícios estendidos pelo referido Diploma.

Cidade – (UF), de de 2021.

(nome e número da identidade do declarante)



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Pregão nº 01/2021

_____, como representante devidamente constituído de
(Identificação completa do representante da licitante)
_____, doravante denominado _____, para fins do
(Identificação completa da licitante ou do Consórcio) (Licitante)
disposto no subitem 11.2.5, letra "e", do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 01/2021, foi elaborada de maneira independente pelo _____, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte,
(pelo Licitante)
direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 01/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico nº 01/2021 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 01/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 01/2021 quanto a participar ou não da referida licitação;

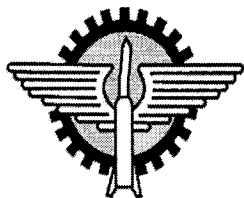
que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 01/2021 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 01/2021 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 01/2021 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Parnamirim/RN antes da abertura oficial das propostas; e

que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data:....., de de 2021.

(Representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



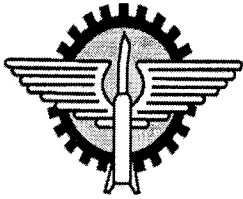
ANEXO IX

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO (licitacoes-e)

SEM IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

1. No campo **INCLUIR ANEXO PROPOSTA** do sistema eletrônico "Licitações-e", deverá ser inserida:

EMPRESA:					
CNPJ:		Telefone:		e-mail:	
Endereço:					
LOTE ÚNICO					
Item	Descrição dos produtos	Quantidade	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS.	101	UND		
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	38	UND		
3	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS.	94	UND		
4	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	39	UND		
5	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS	590	UND		
6	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	196	UND		
7	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUS.	100	UND		
8	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.	16	UND		
9	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS.	566	UND		
10	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	164	UND		
11	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUS.	78	UND		
12	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.	16	UND		
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 21.000 BTUS.	200	UND		
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 24.000 BTUS.	792	UND		
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUS.	137	UND		

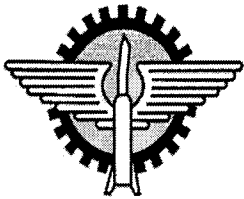


ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRE-TIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.	20	UND		
17	BANDEJA DE CONDENSAÇÃO SPLIT	772	UND		
18	CONDENSADOR SPLIT	789	UND		
19	COMPRESSOR SPLIT DE 7.000 BTUS	44	UND		
20	COMPRESSOR SPLIT DE 7.500 BTUS	32	UND		
21	COMPRESSOR SPLIT DE 9.000 BTUS	301	UND		
22	COMPRESSOR SPLIT DE 10.000 BTUS	27	UND		
23	COMPRESSOR SPLIT DE 12.000 BTUS	281	UND		
24	COMPRESSOR SPLIT DE 18.000 BTUS	129	UND		
25	COMPRESSOR SPLIT DE 21.000 BTUS	22	UND		
26	COMPRESSOR SPLIT DE 24.000 BTUS	72	UND		
27	COMPRESSOR SPLIT DE 30.000 BTUS	75	UND		
28	COMPRESSOR SPLIT DE 36.000 BTUS	50	UND		
29	COMPRESSOR SPLIT DE 48.000 BTUS	30	UND		
30	COMPRESSOR SPLIT DE 60.000 BTUS	21	UND		
31	COMPRESSOR SPLIT DE 90.000 BTUS	19	UND		
32	EVAPORADOR SPLIT	763	UND		
33	FILTRO SECADOR TELA SOLDÁVEL SPLIT	1.406	UND		
34	GABINETE SPLIT	736	UND		
35	HÉLICE SPLIT	734	UND		
36	PAINEL DE CONTROLE SPLIT	739	UND		
37	MOTOR DO DIFUSOR SPLIT	734	UND		
38	MOTOR DO VENTILADOR DO CONDENSADOR SPLIT	732	UND		
39	MOTOR VENTILADOR DO EVAPORADOR SPLIT	735	UND		
40	PLACA ELETRÔNICA DE CONTROLE SPLIT	747	UND		
41	TURBINA SPLIT	742	UND		
42	VÁLVULA DE SERVIÇO SPLIT	1.407	UND		
43	CAPACITOR SPLIT	2.130	UND		
44	COMPRESSOR JANELA DE 7.000 BTUS	25	UND		
45	COMPRESSOR JANELA DE 7.500 BTUS	55	UND		
46	COMPRESSOR JANELA DE 9.000 BTUS	33	UND		
47	COMPRESSOR JANELA DE 10.000 BTUS	50	UND		
48	COMPRESSOR JANELA DE 12.000 BTUS	25	UND		
49	COMPRESSOR JANELA DE 18.000 BTUS	41	UND		
50	COMPRESSOR JANELA DE 21.000 BTUS	20	UND		
51	COMPRESSOR JANELA DE 24.000 BTUS	32	UND		
52	COMPRESSOR JANELA DE 30.000 BTUS	17	UND		
53	PLACA ELETRÔNICA JANELA	113	UND		
54	PAINEL DE CONTROLE ELETROMECÂNICO CJ	113	UND		
55	PRESSOSTATO CJ	188	UND		
56	SERPENTINA CONDENSADORA CJ	108	UND		
57	SERPENTINA EVAPORADORA CJ	108	UND		
58	TAMPA FRONTAL DO APARELHO CJ	108	UND		
59	TERMOSTATO CJ	113	UND		
60	TUBO CAPILAR CJ	123	UND		
61	TURBINA CJ	111	UND		
62	CAPACITOR CJ	209	UND		
63	PRESSOSTATO DE ALTA	97	UND		
64	DISJUNTOR	222	UND		
65	CONTATOR	204	UND		
66	RELÉ TÉRMICO	194	UND		
67	TEMPORIZADOR	194	UND		
VALOR GLOBAL DO LOTE		R\$			

ATENÇÃO: O valor a ser lançado pelo fornecedor no www.licitacoes-e.com.br deverá explicitar o **VALOR GLOBAL DO LOTE (VALOR DOS SERVIÇOS + VALOR DE PEÇAS)**, sob pena de, não o fazendo, ser desclassificada.

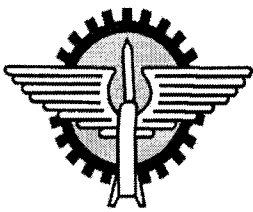


ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



2. VALOR GLOBAL: R\$ _____ (_____).

3. Para composição do valor global a ser informado no Campo do Sistema eletrônico, devem ser considerados e atendidas as especificações constantes na Pesquisa Mercadológica, Anexo I deste Edital, e ainda, incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



ANEXO X

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (LICITANTE VENCEDOR)
(em papel timbrado da licitante)

Senhor(a) Pregoeiro(a):

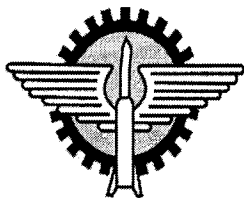
A empresa (NOME DA EMPRESA), (nº do CNPJ), sediada (endereço completo), tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Pregão Eletrônico n.º 01/2021, cujo objeto é o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e demais insumos, relativamente aos aparelhos condicionadores de ar de janela, bem como split, instalados nos setores das diversas secretarias e órgãos da Prefeitura e órgãos da Prefeitura de Parnamirim/RN, conforme as especificações constantes do Anexo I do Edital, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, declaramos expressamente que:

Propomos prestar os serviços, sob nossa integral responsabilidade, o objeto do referido Edital de Pregão Eletrônico, conforme discriminado abaixo:

1. No campo **INCLUIR ANEXO PROPOSTA** do sistema eletrônico "Licitacoes-e", deverá ser inserida:

1.1. O valor máximo estimado para contratação, incluindo todas as despesas ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da prestação do serviço a ser contratado, é o constante da planilha abaixo:

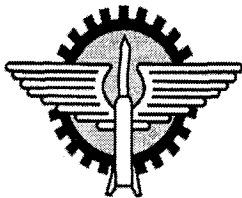
EMPRESA:					
CNPJ:		Telefone:	e-mail:		
Endereço:					
LOTE ÚNICO					
Item	Descrição dos produtos	Quantidade	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS.	101	UND		
2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	38	UND		
3	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS.	94	UND		
4	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	39	UND		
5	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS	590	UND		
6	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	196	UND		
7	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUS.	100	UND		
8	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.	16	UND		
9	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 12.000 BTUS.	566	UND		
10	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 18.000 A 24.000 BTUS.	164	UND		
11	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUS.	78	UND		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



12	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.	16	UND		
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE JANELA, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 21.000 BTUS.	200	UND		
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 7.000 A 24.000 BTUS.	792	UND		
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 30.000 A 48.000 BTUS.	137	UND		
16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR SPLIT, COM POTÊNCIA DE 60.000 A 90.000 BTUS.	20	UND		
17	BANDEJA DE CONDENSÇÃO SPLIT	772	UND		
18	CONDENSADOR SPLIT	789	UND		
19	COMPRESSOR SPLIT DE 7.000 BTUS	44	UND		
20	COMPRESSOR SPLIT DE 7.500 BTUS	32	UND		
21	COMPRESSOR SPLIT DE 9.000 BTUS	301	UND		
22	COMPRESSOR SPLIT DE 10.000 BTUS	27	UND		
23	COMPRESSOR SPLIT DE 12.000 BTUS	281	UND		
24	COMPRESSOR SPLIT DE 18.000 BTUS	129	UND		
25	COMPRESSOR SPLIT DE 21.000 BTUS	22	UND		
26	COMPRESSOR SPLIT DE 24.000 BTUS	72	UND		
27	COMPRESSOR SPLIT DE 30.000 BTUS	75	UND		
28	COMPRESSOR SPLIT DE 36.000 BTUS	50	UND		
29	COMPRESSOR SPLIT DE 48.000 BTUS	30	UND		
30	COMPRESSOR SPLIT DE 60.000 BTUS	21	UND		
31	COMPRESSOR SPLIT DE 90.000 BTUS	19	UND		
32	EVAPORADOR SPLIT	763	UND		
33	FILTRO SECADOR TELA SOLDÁVEL SPLIT	1.406	UND		
34	GABINETE SPLIT	736	UND		
35	HÉLICE SPLIT	734	UND		
36	PAINEL DE CONTROLE SPLIT	739	UND		
37	MOTOR DO DIFUSOR SPLIT	734	UND		
38	MOTOR DO VENTILADOR DO CONDENSADOR SPLIT	732	UND		
39	MOTOR VENTILADOR DO EVAPORADOR SPLIT	735	UND		
40	PLACA ELETRÔNICA DE CONTROLE SPLIT	747	UND		
41	TURBINA SPLIT	742	UND		
42	VÁLVULA DE SERVIÇO SPLIT	1.407	UND		
43	CAPACITOR SPLIT	2.130	UND		
44	COMPRESSOR JANELA DE 7.000 BTUS	25	UND		
45	COMPRESSOR JANELA DE 7.500 BTUS	55	UND		
46	COMPRESSOR JANELA DE 9.000 BTUS	33	UND		
47	COMPRESSOR JANELA DE 10.000 BTUS	50	UND		
48	COMPRESSOR JANELA DE 12.000 BTUS	25	UND		
49	COMPRESSOR JANELA DE 18.000 BTUS	41	UND		
50	COMPRESSOR JANELA DE 21.000 BTUS	20	UND		
51	COMPRESSOR JANELA DE 24.000 BTUS	32	UND		
52	COMPRESSOR JANELA DE 30.000 BTUS	17	UND		
53	PLACA ELETRÔNICA JANELA	113	UND		
54	PAINEL DE CONTROLE ELETROMECÂNICO CJ	113	UND		
55	PRESSOSTATO CJ	188	UND		
56	SERPENTINA CONDENSADORA CJ	108	UND		
57	SERPENTINA EVAPORADORA CJ	108	UND		
58	TAMPA FRONTAL DO APARELHO CJ	108	UND		
59	TERMOSTATO CJ	113	UND		



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



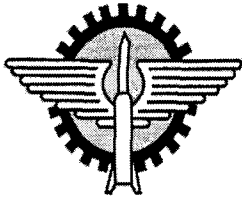
60	TUBO CAPILAR CJ	123	UND		
61	TURBINA CJ	111	UND		
62	CAPACITOR CJ	209	UND		
63	PRESSOSTATO DE ALTA	97	UND		
64	DISJUNTOR	222	UND		
65	CONTATOR	204	UND		
66	RELÉ TÉRMICO	194	UND		
67	TEMPORIZADOR	194	UND		
VALOR GLOBAL DO LOTE		R\$			

2. Desta forma, o valor global é de R\$ _____ (_____).
3. Esta proposta é válida por ____ dias (mínimo de 60 dias corridos), a contar da data estabelecida para a sua apresentação.
4. Empresa: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
CEP: _____ Fone/Fax: _____ / _____ E-mail: _____
Inscrição Estadual: _____
5. Os pagamentos deverão ser creditados na conta corrente nº _____, agência _____, Banco _____.
6. O responsável pela assinatura do Contrato, é o(a) Sr(a) _____, CPF nº _____, endereço _____.

Declaração: Estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

_____ (UF), _____ de _____ de 2021.

Assinatura e Identificação do Representante



ANEXO XI

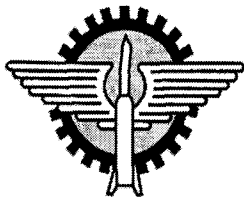
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE
RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO COM INTEGRANTES DO PODER MUNICIPAL**

A Empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ nº (inserir número) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). (inserir nome), portador(a) da Carteira de Identidade nº (inserir número e órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), DECLARA, que, os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o terceiro grau.

(inserir local e data)

(assinatura do representante legal)

Observação: Esta Declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

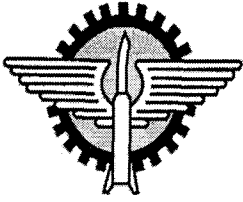


ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



ANEXO XII

MINUTA DA ORDEM DE COMPRA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS



ANEXO XIII

MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO

